

Elo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhados das Notas Explicativas e

Parecer dos Auditores Independentes.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de março de 2010.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	2008
CIRCULANTE	69.695	69.101	CIRCULANTE	201.810	38.583
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).....	76	115	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14a).....	11.365	11.817
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 9a)	58.804	58.277	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 8b).....	28.050	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13c).....	10.399	10.381	Obrigações por Aquisição de Investimento (Nota 14b).....	-	12.414
Valores a Receber	416	328	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 6)	162.331	14.288
			Outras Obrigações	64	64
NÃO CIRCULANTE	1.622.721	1.337.215	NÃO CIRCULANTE	553.906	414.495
Realizável a Longo Prazo	34.224	29.395	Ações e Processos Judiciais (Nota 7)	28.053	22.795
Depósitos Judiciais.....	11.909	13.817	Obrigações por Aquisição de Investimento (Nota 14b).....	-	159.610
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13c).....	22.315	15.578	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 6)	98.010	-
			Outras Obrigações (Nota 9a e 14c).....	427.843	232.090
Investimentos (Nota 5)	1.579.271	1.298.594	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	936.700	953.238
Intangível	9.226	9.226	Capital Social Integralizado (Nota 8a)	708.329	586.734
			Reservas de Lucros.....	654.356	465.270
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.742	(12.959)
			Ações em Tesouraria (Nota 8c)	(432.727)	(85.807)
TOTAL	1.692.416	1.406.316	TOTAL	1.692.416	1.406.316

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008		2009	2008
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	228.787	185.824	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
			Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	228.787	185.824
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 5)	271.999	245.310	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
			Resultado de Equivalência Patrimonial	(271.999)	(245.310)
Despesas Tributárias (Nota 10)	(8.942)	(6.749)	Amortização de Ágio	-	12.301
			Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	34.162	40.488
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(191)	(295)	Provisão para Contingências.....	6.399	6.342
			Outros.....	27	392
Despesas com Amortização de Ágio	-	(12.301)	Lucro Líquido Ajustado	(2.624)	37
			(Aumento) em Outros Ativos	(18)	(106)
Resultado Financeiro (Nota 12).....	(34.534)	(40.144)	(Redução) em Outras Obrigações.....	(169.599)	(65.773)
			Depósitos Judiciais	-	(7.254)
Outras Receitas Operacionais.....	455	3	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(46)	-
			Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais ..	(172.287)	(73.096)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	228.787	185.824	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	118	152
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	-	(5.166)	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	118	152
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	228.787	180.658	Empréstimos e Financiamentos	161.908	43.905
			Integralização do Capital Social	121.595	81.166
Número de ações	245.746.295	230.157.228	Aquisição de Ações em Tesouraria	(129.943)	(62.545)
			Alienação de Ações em Tesouraria	18.570	10.485
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$	930,99	784,93	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	172.130	73.011
			Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(39)	67
			Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa		
			Início do Exercício	115	48
			Fim do Exercício.....	76	115
			Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(39)	67

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil									
Eventos	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária para Aumento de Capital	A Realizar				
Saldos em 31.12.2007.....	586.734	(81.166)	14.263	268.148	2.833	40.991	(44.159)	-	787.644
Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei nº 11.638/07 (de Controladas).....	-	-	-	-	-	-	-	11.115	11.115
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(53.950)	-	-	(53.950)
Integralização do Capital Social	-	81.166	-	-	-	-	-	-	81.166
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(63.880)	-	(63.880)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	(11.747)	-	-	22.232	-	10.485
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	180.658	180.658
Destinações: - Reservas.....	-	-	9.589	180.312	1.872	-	-	(191.773)	-
Saldos em 31.12.2008.....	586.734	-	23.852	436.713	4.705	(12.959)	(85.807)	-	953.238
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	19.701	-	-	19.701
Aumento do Capital Social	121.595	-	-	-	-	-	-	-	121.595
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(372.191)	-	(372.191)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	(6.701)	-	-	25.271	-	18.570
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	228.787	228.787
Destinações: - Reservas.....	-	-	11.439	184.348	-	-	-	(195.787)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 134,28 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	-	(33.000)	(33.000)
Saldos em 31.12.2009.....	708.329	-	35.291	614.360	4.705	6.742	(432.727)	-	936.700

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil	
1) CONTEXTO OPERACIONAL A Elo Participações e Investimentos S.A. é uma empresa que tem como objeto a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela instituição.	Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e poderão ser diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. Normas e suas interpretações que não estão em vigor para o exercício de 2009 Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPC de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2010.
3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS a) Moeda funcional As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais, a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa. b) Apuração do resultado É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. c) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação ou intenção de negociação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimentos é determinado com base no valor da cota do último dia do exercício, informada pelo administrador dos fundos.	

Continua...



...Continuação

Elo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

Valores a receber

Os valores a receber devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustados aos critérios contábeis da investidora.

g) Intangível

O ágio está fundamentado em mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo das ações adquiridas e é amortizado na proporção em que essas ações forem alienadas ou quando da realização do teste de recuperação do valor do ativo.

h) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Os valores contábeis dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior a seu valor recuperável.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05.

b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares) ON	Participação no Capital Social - %	Em 31 de dezembro	
						Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
Empresa						31.12.2009	31.12.2008
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1) (3).....	2.700.000	6.109.743	1.063.642	126.565	25,8484	1.579.271	271.999
Total						1.579.271	271.999

(1) Dados relativos a 31.12.2009;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(3) O principal ativo da Nova Cidade de Deus Participações S.A. refere-se a sua participação na Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (44,91%), que detém participação no Banco Bradesco S.A. (23,77%), na Bradespar S.A. (12,92%) e NCF Participações S.A. (39,51%). As demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas datados de 27 de janeiro de 2010 e 26 de março de 2010, respectivamente.

6) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompria de Ações, no Passivo Circulante, montam a R\$ 162.331 (2008 – R\$ 14.288) e no Passivo não Circulante, montam a R\$ 98.010, referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais – Fiscais

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais

A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido resultante da adesão ao programa montou a R\$ 455 e foi registrado na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”. A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

II - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo no Início do Exercício.....	22.795	16.480
Atualizações Monetárias	2.437	1.966
Constituições Líquidas de Reversões e Baixas (1)	2.821	4.349
Saldo no Final do Exercício.....	28.053	22.795

(1) Inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas;

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação; e

Obrigações Legais - Fiscais: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Outros ativos e passivos

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base “*pro-rata*” dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Depósito Bancário	10	6
Fundos de Investimentos Financeiros	66	109
Total	76	115

5) INVESTIMENTOS

a) O ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foi registrado na rubrica de “Resultado de Equivalência Patrimonial” e correspondeu, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 271.999 (2008 – R\$ 245.310).

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Ordinárias	174.427.168	161.150.542
Preferenciais.....	71.319.127	69.006.686
Total	245.746.295	230.157.228

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2007, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 81.166, elevando-o de R\$ 505.568 para R\$ 586.734, mediante a emissão de 7.214.744 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 6.067.145 ordinárias e 1.147.599 preferenciais, ao preço de R\$ 11,25 por ação. A subscrição pelos acionistas foi efetuada em 02 de janeiro de 2008.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2009, deliberou-se aumentar o capital social no montante de R\$ 121.595, elevando-o de R\$ 586.734 para R\$ 708.329, mediante a emissão de 15.589.067 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 13.276.626 ordinárias e 2.312.441 preferenciais, ao preço de R\$ 7,80 por ação. A subscrição pelos acionistas foi efetuada em 02 de fevereiro de 2009.

b) Juros sobre o capital próprio

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009, está demonstrado a seguir:

	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	228.787	
Reserva legal.....	(11.439)	
Base de cálculo	217.348	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	33.000	15,18
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio – 15%	(4.950)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	28.050	12,91

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

c) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2009, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 23.258.523 (2008 – 647.257) ações ordinárias e 18.578.244 (2008 - 8.257.066) ações preferenciais, no montante de R\$ 432.727 (2008 – R\$ 85.807). Em janeiro de 2009 foram alienadas ações em tesouraria no montante de R\$ 18.570, que gerou prejuízo de R\$ 6.701, registrado na rubrica de “Reserva de Lucros – Estatutária para Aumento de Capital”.

9) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:		
Banco Bradesco S.A.	10	6
Obrigações por aquisição de investimento:		
NCD Participações Ltda.	-	(172.024)
Outras obrigações:		
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(171.046)	(10.958)
Titanium Holdings S.A.	(256.797)	(20.305)
Juros sobre o capital próprio:		
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	58.804	69.181



Elo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
 Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhados das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de março de 2010.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	2008
ATIVO			CIRCULANTE	201.810	38.583
CIRCULANTE	69.695	69.101	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14a)	11.365	11.817
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	76	115	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 8b)	28.050	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 9a)	58.804	58.277	Obrigações por Aquisição de Investimento (Nota 14b)	-	12.414
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13c)	10.399	10.381	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 6)	162.331	14.288
Valores a Receber	416	328	Outras Obrigações	64	64
NÃO CIRCULANTE	1.622.721	1.337.215	NÃO CIRCULANTE	553.906	414.495
Realizável a Longo Prazo	34.224	29.395	Ações e Processos Judiciais (Nota 7)	28.053	22.795
Depósitos Judiciais	11.909	13.817	Obrigações por Aquisição de Investimento (Nota 14b)	-	159.610
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13c)	22.315	15.578	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 6)	98.010	-
			Outras Obrigações (Nota 9a e 14c)	427.843	232.090
Investimentos (Nota 5)	1.579.271	1.298.594	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	936.700	953.238
Intangível	9.226	9.226	Capital Social Integralizado (Nota 8a)	708.329	586.734
			Reservas de Lucros	654.356	465.270
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.742	(12.959)
			Ações em Tesouraria (Nota 8c)	(432.727)	(85.807)
TOTAL	1.692.416	1.406.316	TOTAL	1.692.416	1.406.316

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	228.787	185.824
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 5)	271.999	245.310
Despesas Tributárias (Nota 10)	(8.942)	(6.749)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	(191)	(295)
Despesas com Amortização de Ágio	-	(12.301)
Resultado Financeiro (Nota 12)	(34.534)	(40.144)
Outras Receitas Operacionais	455	3
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	228.787	185.824
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	-	(5.166)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	228.787	180.658
Número de ações	245.746.295	230.157.228
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$	930,99	784,93

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil									
Eventos	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Legal	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
				Estatutária para Aumento de Capital	A Realizar				
Saldos em 31.12.2007	586.734	(81.166)	14.263	268.148	2.833	40.991	(44.159)	-	787.644
Ajustes de Exercícios Anteriores - Lei nº 11.638/07 (de Controladas)	-	-	-	-	-	-	-	11.115	11.115
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(53.950)	-	-	(53.950)
Integralização do Capital Social	-	81.166	-	-	-	-	-	-	81.166
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(63.880)	-	(63.880)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	(11.747)	-	-	22.232	-	10.485
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	180.658	180.658
Destinações: - Reservas	-	-	9.589	180.312	1.872	-	-	(191.773)	-
Saldos em 31.12.2008	586.734	-	23.852	436.713	4.705	(12.959)	(85.807)	-	953.238
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	19.701	-	-	19.701
Aumento do Capital Social	121.595	-	-	-	-	-	-	-	121.595
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(372.191)	-	(372.191)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	-	(6.701)	-	-	25.271	-	18.570
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	228.787	228.787
Destinações: - Reservas	-	-	11.439	184.348	-	-	-	(195.787)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 134,28 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(33.000)	(33.000)
Saldos em 31.12.2009	708.329	-	35.291	614.360	4.705	6.742	(432.727)	-	936.700

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Elo Participações e Investimentos S.A. é uma empresa que tem como objeto a participação no capital social do Banco Bradesco S.A. e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela instituição.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e poderão ser diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Normas e suas interpretações que não estão em vigor para o exercício de 2009

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPC de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.

Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais, a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa.

b) Apuração do resultado

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação ou intenção de negociação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimentos é determinado com base no valor da cota do último dia do exercício, informada pelo administrador dos fundos.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

Valores a receber

Os valores a receber devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
Empresa				ON		31.12.2009	31.12.2008
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1) (3)	2.700.000	6.109.743	1.063.642	126.565	25,8484	1.579.271	271.999
Total						1.579.271	271.999

(1) Dados relativos a 31.12.2009;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(3) O principal ativo da Nova Cidade de Deus Participações S.A. refere-se a sua participação na Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (44,91%), que detém participação no Banco Bradesco S.A. (23,77%), na Bradespar S.A. (12,92%) e NCF Participações S.A. (39,51%). As demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas datados de 27 de janeiro de 2010 e 26 de março de 2010, respectivamente.

6) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, montam a R\$ 162.331 (2008 – R\$ 14.288) e no Passivo não Circulante, montam a R\$ 98.010, referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais – Fiscais

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais

A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido resultante da adesão ao programa montou a R\$ 455 e foi registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

II - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo no Início do Exercício	22.795	16.480
Atualizações Monetárias	2.437	1.966
Constituições Líquidas de Reversões e Baixas (1)	2.821	4.349
Saldo no Final do Exercício	28.053	22.795

(1) Inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustados aos critérios contábeis da investidora.

g) Intangível

O ágio está fundamentado em mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo das ações adquiridas e é amortizado na proporção em que essas ações forem alienadas ou quando da realização do teste de recuperação do valor do ativo.

h) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Os valores contábeis dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior a seu valor recuperável.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05.

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas;

• Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação; e

• Obrigações Legais - Fiscais: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Outros ativos e passivos

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Depósito Bancário	10	6
Fundos de Investimentos Financeiros	66	109
Total	76	115

5) INVESTIMENTOS

a) O ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foi registrado na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e correspondeu, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 271.999 (2008 – R\$ 245.310).

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
Empresa				ON		31.12.2009	31.12.2008
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1) (3)	2.700.000	6.109.743	1.063.642	126.565	25,8484	1.579.271	271.999
Total						1.579.271	271.999

(1) Dados relativos a 31.12.2009;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(3) O principal ativo da Nova Cidade de Deus Participações S.A. refere-se a sua participação na Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (44,91%), que detém participação no Banco Bradesco S.A. (23,77%), na Bradespar S.A. (12,92%) e NCF Participações S.A. (39,51%). As demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas datados de 27 de janeiro de 2010 e 26 de março de 2010, respectivamente.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Ordinárias.....	174.427.168	161.150.542
Preferenciais.....	71.319.127	69.006.686
Total.....	245.746.295	230.157.228

...Continuação

Elo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

c) Ações em tesouraria
Até 31 de dezembro de 2009, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 23.258.523 (2008 – 647.257) ações ordinárias e 18.578.244 (2008 - 8.257.066) ações preferenciais, no montante de R\$ 432.727 (2008 – R\$ 85.807). Em janeiro de 2009 foram alienadas ações em tesouraria no montante de R\$ 18.570, que gerou prejuízo de R\$ 6.701, registrado na rubrica de “Reserva de Lucros – Estatutária para Aumento de Capital”.

9) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2009	2008	2009	2008
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	6	-
Obrigações por aquisição de investimento:				
NCD Participações Ltda.	-	-	(172.024)	(19.056)
Outras obrigações:				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(171.046)	(10.958)	(36.623)	(1.254)
Titulum Holdings S.A.	(256.797)	(20.305)	(195.467)	(21.161)
Juros sobre o capital próprio:				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	58.804	69.181	58.277	68.561

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Sociedade.

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2009	2008	2009	2008
IOF.....		2.542		405
PIS.....		1.141		1.131
COFINS.....		5.258		5.211
Outras.....		1		2
Total.....		8.942		6.749

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2009	2008	2009	2008
Serviços Prestados por Terceiros		15		8
Contribuição Sindical Patronal.....		35		31
Editais e Publicações.....		106		210
Outras.....		35		46
Total.....		191		295

12) RESULTADO FINANCEIRO

Rendimento de Aplicação Financeira em Fundos de Investimentos.....	
Juros Ativos	83
Juros Passivos	3.025
Total.....	(37.642)
	(34.534)

Em 31 de dezembro	
2009	2008
	343
	2.950
	(43.437)
	(40.144)

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	92.480
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	155
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(23.522)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	11.220
Efeito do crédito tributário não alivado.....	(2.861)
Outros.....	316
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	-

Em 31 de dezembro	
2009	2008
	185.824
	(77.788)
	83.405
	-
	(23.311)
	795
	(2.875)
	(5.166)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 29.008 (2008 - R\$ 19.750).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no circulante, no montante de R\$ 10.399 (2008 – R\$ 10.381) e no não circulante, no montante de R\$ 22.315 (2008 – R\$ 15.578) referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a)** Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 11.365 (2008 – R\$ 11.817) referem-se, substancialmente, a Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 4.964 (2008 – R\$ 4.590), PIS no montante de R\$ 1.141 (2008 – R\$ 1.131), COFINS no montante de R\$ 5.258 (2008 – R\$ 5.211);
- b)** Em 2008, Obrigações por Aquisição de Investimento, no montante de R\$ 172.024 referem-se ao saldo pela aquisição de ações da Nova Cidade de Deus Participações S.A., atualizadas pela variação do Depósito Interbancário-DI, integralmente quitado em janeiro de 2009;
- c)** Outras Obrigações, no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 427.843 (2008 – R\$ 232.090), referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário – DI, com vencimento em janeiro de 2011;
- d)** A empresa em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos; e
- e)** Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2010, deliberou-se aumentar o capital social no valor de R\$ 27.284, mediante a emissão de 2.198.540 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.779.131 ordinárias e 419.409 preferenciais, ao preço de R\$ 12,41 (Doze reais e quarenta e um centavos) por ação, para subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de janeiro a 1º de março de 2010, com integralização à vista, de 100% do valor das ações subscritas, em 9 de março de 2010.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Márcio Artur Laurelli Cypriano João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Laércio Albino Cezar Arnaldo Alves Vieira Sérgio Socha Julio de Siqueira Carvalho de Araujo	José Luiz Acar Pedro Norberto Pinto Barbedo Domingos Figueiredo de Abreu
Vice-Presidente Antônio Bornia		

Diretoria

Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão
Diretor Vice-Presidente Antônio Bornia

Diretores
Mário da Silveira Teixeira Júnior
Márcio Artur Laurelli Cypriano
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Luiz Carlos Angelotti
Contador – CRC 1SP203959/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Elo Participações e Investimentos S.A.

Osasco - SP
Examinamos os balanços patrimoniais da Elo Participações e Investimentos S.A., levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das investidas indiretas Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessas investidas indiretas, está baseada nos pareceres desses auditores.
Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, conforme mencionado no primeiro parágrafo, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2010

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claúdio Rogério Sertório
Contador – CRC 1SP212059/O-0



SEM ARMAS

O convite do Consulado de Israel para as comemorações da sua própria reabertura e do 62º aniversário da fundação do país no próximo dia 28, na Associação Brasileira "A Hebraica", Jardim Paulistano, transmite um clima de suspense. Solicita que os convidados, por razões de segurança, tragam documento de identidade e que está vetado o porte de armas no evento.

FIM DE UMA ERA

Desde setembro o posto telefônico da Rua Sete de Abril fica fechado nos fins de semana. Falta de usuários, justificou a Telefônica. A alegação soaria como piada até os anos 80, quando os paulistanos, e brasileiros em geral, eram torturados pela absurda dificuldade de adquirir telefone. A carência era de tal ordem que a compra do aparelho era investimento crescente e de liquidez imediata, pois a fila de inscrição na Companhia Telefônica Brasileira (CTB) demorava anos para andar no seu



Mosao Gelo Filho/e-SIM

passo de jabuti. A estagnação do setor pode ser avaliada pela lentidão em uma ligação interurbana. Bauri, por

exemplo. Muitas vezes o pedido feito no início da manhã à telefonista era completado apenas no fim da tarde. Por tudo isso

é que o posto da Sete de Abril vivia fervilhando de gente nos fins de semana para falar com parentes ao longe.

LEMBRAM-SE DE PAULINHO PAIAKAN?

A polêmica em torno da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, resgatou a figura do cacique caiapó Paulinho Paikan. Lembram-se dele? Nos anos 90 foi condenado a seis anos pelo estupro de uma estudante. Fugiu da pena retirando-se para a distante aldeia A-Ukre, protegido pela legislação que garante imputabilidade aos índios puros, embora fosse suficientemente aculturado para dirigir carro, fazer negócios e usar cartões de crédito. Tomou chá de sumiço. Reapareceu recentemente durante audiência pública da usina em Altamira, segundo reportagem do jornal "Valor" e seria favorável à construção. Mudou de lado. Em fevereiro de 1989, Paulinho liderou o primeiro movimento contra Belo Monte, que inicialmente foi batizada de Kararáo.

NO VELHO CHICO

O presidente Lula cultiva a secreta esperança de inaugurar, até outubro, alguma coisa na transposição do rio São Francisco. A possibilidade mais à mão seria uma estação de bombeamento de água na região da cidade de Sobradinho, extremo norte da Bahia. Fica no chamado eixo norte, que chega até o Rio Grande do Norte, um dos braços do sistema de transposição. O outro é o eixo leste, que se desloca em direção a Pernambuco. Ali será localizado um dos pontos de captação da água do Velho Chico que vai irrigar a caatinga. Os técnicos acham que o sonho presidencial é quase impossível.

Antonio Gaudério/Folha Imagem/7/2/2001



VIAGENS DE CHRISTINA E...

A pedido do marido, Paulo Coelho, com quem está casada há 23 anos, a artista plástica Christina Oiticica, 59 anos, esteve em Aparecida do Norte no sábado passado. Entregou ao santuário uma imagem de Nossa Senhora Aparecida esculpida em ouro, com 20 cm de altura. Trata-se do pagamento de antiga promessa

na qual o escritor pediu à santa sucesso na publicação de seus livros e saúde na vida pessoal. A ligação de Paulo com o santuário não é de hoje. Amigos residentes no Brasil estão encarregados de, regularmente, e impreterivelmente, nas datas festivas da basílica, levar cestos de rosas para serem depositados aos pés da padroeira.

...UM TROPEÇO DE PAULO

A atual passagem de Christina pelo País está sendo movimentada. Ela vem percorrendo as principais cidades para lançar seu livro infantil "A Nuvem e a Duna" (Noovha America), que é inteiramente ilustrado, não possui texto algum. De modo que a história só pode ser entendida pela interpretação

desenhos. Nesse sentido, o marido sofreu um tropeço. Christina contou que Paulo teve dificuldade em compreender uma das cenas em que a nuvenzinha se dirige à duna. Mas foi seu único reparo. "Embora o livro não tenha texto, que é a sua especialidade, ele deu muitos palpites", diz ela.



Antonio Gaudério/Folha Imagem/28/11/1994